O CAMINHAR DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR:
EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS PEDAGÓGICOS NA ESCOLA DE ENFERMAGEM

EIXO TEMÁTICO: 14
TIPO DO ESTUDO: RE

Fabiana Ferreira do NASCIMENTO
fabianafnascimentodantas@gmail.com
Pedagoga – Bolsista PROATEC
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Livia Fajin de MELLO
prof.liviafajin@gmail.com
Professora da Educação Superior
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: A inclusão de estudantes público da educação especial no ensino superior tem se tornado mais um desafio da educação contemporânea. Nesse sentido acessar esses espaços propõe mudanças de paradigmas e um novo pensar sobre a educação inclusiva. É nessa reflexão que nasce um projeto cuja principal ação está voltada para acolher e criar estratégias de inclusão e permanência para estudantes de Enfermagem com deficiência ou transtornos da neurodiversidade em uma universidade pública do Rio de Janeiro. A questão central que norteou esse relato de experiência consiste em responder como o projeto vem tentando promover a inclusão desses estudantes no espaço acadêmico tendo o Plano Educacional Individualizado - PEI, como principal documento orientador. Tem como objetivo evidenciar as estratégias pedagógicas implementadas, bem como os processos construídos coletivamente pelos profissionais envolvidos, no intuito de garantir o direito à permanência, participação e conclusão da formação acadêmica. Os resultados apontam uma aceitação satisfatória dos docentes e discentes envolvidos, embora as barreiras atitudinais ainda sejam um grande entrave para uma inclusão efetiva. A história de vida das estudantes foi importante e é fundamental na estruturação das ações do projeto. Considera-se que ações como essa podem contribuir para um ensino superior mais igualitário e equitativo, mesmo ainda sendo um espaço que carece de efetiva consolidação dos pressupostos inclusivos.

Palavras-chave: inclusão. educação. educação superior.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes público da Educação Especial, isto é, pessoas com deficiências, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades e/ou superdotação, no ensino superior configura-se como um movimento relativamente recente na trajetória da educação brasileira.

Tal avanço foi possibilitado, sobretudo, a partir da promulgação de marcos legais estabelecidos em meados da década de 1990, os quais fundamentaram juridicamente a garantia do acesso desse público, principalmente no âmbito da educação básica; e que certamente vem permitindo o avanço desses cidadãos aos espaços acadêmicos. Foi a partir da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Unesco, 1990) e da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) que passamos a assumir um compromisso global acerca de uma educação igualitária e equitativa para todos garantindo acesso, permanência e desenvolvimento para os estudantes público da educação especial em todos os níveis de ensino.

Entretanto acessar esse espaço de formação requer pensar em estratégias que consigam dar continuidade a garantia de direitos já conquistados. Dentre as já pensadas e ofertadas pela educação básica está o Atendimento Educacional Especializado – AEE, que tem como princípio norteador favorecer acessibilidade ao currículo escolar por meio da identificação e do atendimento das Necessidades Educacionais Específicas – NEE, desses estudantes (Evaristo et al., 2022).

> O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (Decreto nº 7.611, 2011, p.12)

Na educação básica esse tipo de atendimento geralmente é oferecido no contraturno. Associado ao desenvolvimento dessa ação está a elaboração do Plano Educacional Individualizado – PEI, que consiste em um documento orientador personalizado e que busca contemplar estratégias pedagógicas que possam tornar o currículo mais acessível.

Assim como destacam as autoras quando mencionam que “pensar a acessibilidade ao currículo é a questão central para entender como podemos personalizar processos de ensino” (Mascaro et Redig, 2024, p. 4) abordando a importância da construção do PEI para um estudante com deficiência, acreditamos

que pensar a acessibilidade ao currículo é a questão central para entender como podemos personalizar e construir processos de aprendizagem diferenciados para estudantes que precisem de suporte na eliminação de possíveis barreiras.

Convém destacar que apesar de sua obrigatoriedade estar expressamente assegurada pela legislação educacional brasileira para todos os níveis de ensino, observa-se ainda uma oferta bem discreta desse serviço nas Instituições de Ensino Superior –IES (Evaristo et al., 2022), revelando aí uma lacuna significativa entre as normativas legais já reconhecidas e divulgadas e a efetivação das práticas inclusivas no âmbito acadêmico.

1.1 Acolhimento, estratégias de inclusão e de permanência do aluno com deficiência e com transtorno da neurodiversidade da Faculdade de Enfermagem - AIPEN: o trabalho pedagógico de um projeto voltado para a inclusão

A inexistência de um setor, núcleo ou órgão específico voltado ao acolhimento de estudantes público da educação especial em uma faculdade de Enfermagem inserida em uma universidade pública do Rio de Janeiro, resultou na criação do AIPEN, em 2024, com início efetivo de suas atividades em 2025. O projeto é coordenado por uma docente cuja trajetória acadêmica e científica é consolidada na área da deficiência e inclusão, o que confere respaldo técnico-científico às ações desenvolvidas. O AIPEN tem como propósito atender, acolher e implementar estratégias pedagógicas e educacionais que promovam a inclusão, participação e permanência desses estudantes ao longo de sua formação, desde o ingresso até a conclusão do curso.

O AIPEN tem suas ações vinculadas a um projeto de extensão universitária EnfReabilitar: o olhar da enfermagem para as pessoas com deficiência e em cuidados de reabilitação vinculado ao Programa Saberes e Práticas Criativas de Saúde – Procriar.

Atualmente, a equipe do projeto é composta por duas professoras doutoras da área de Enfermagem, uma bolsista com formação em Pedagogia e doutorado em Educação, contemplada pelo edital do Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão – PROATEC, além de um profissional técnico-administrativo. O projeto conta, ainda, com o apoio da Coordenação de Ensino de Graduação – CEG e da Direção da Faculdade de Enfermagem, estabelecendo uma

parceria que fortalece as ações desenvolvidas e garante a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica voltada à inclusão.

A justificativa e relevância desse trabalho se referem a necessidade imediata de reflexão sobre estratégias, materiais e métodos educacionais e avaliativos para estudantes que apresentem qualquer condição neurodivergente, apoiadas pelas legislações em vigor; de modo que seja garantido aos mesmos o seu direito à educação em todas as instâncias educacionais.

Uma das ações previstas pelo AIPEN é a necessidade da criação de um PEI para os estudantes que estejam matriculados no curso de graduação em Enfermagem, permitindo que cada um seja visto nas suas especificidades e tenha acesso a um plano orientador que respeite a sua individualidade e favoreça a sua formação profissional.

Os atendimentos são realizados em duas salas localizadas no quinto andar do prédio da faculdade de Enfermagem. A primeira é destinada a atividades de acolhimento, escuta e acompanhamento dos estudantes, podendo ser utilizada para atendimentos individuais, em duplas ou em pequenos grupos. A segunda, denominada sala de regulação sensorial, foi projetada para acolher pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA ou outras condições que demandem suporte específico, especialmente em situações de crise disruptiva, ocorridas dentro do prédio. Esse espaço tem como objetivo oferecer um ambiente seguro e estruturado, favorecendo a autorregulação e prevenindo crises emocionais, comportamentos inadequados ou episódios de agressividade.

Uma das ações mais urgentes para o desenvolvimento do estudante com esse perfil, e que vem sendo colocada em prática, é a necessidade da elaboração e efetivação de um PEI. Sua elaboração deveria começar a acontecer imediatamente após a efetiva inclusão desses estudantes no ambiente acadêmico, permitindo a cada um seguir a sua trajetória de modo que equipe diretiva, docente e funcionários tenham conhecimento e respeitem as suas especificidades, sua independência e autonomia fortalecendo o seu desenvolvimento dentro desse espaço.

Nesse sentido, a questão central que norteou esse relato de experiência consiste em responder como o projeto vem tentando promover a inclusão desses estudantes no espaço acadêmico tendo o PEI como principal documento orientador. Além disso, tem como objetivo evidenciar as estratégias pedagógicas implementadas, bem como os processos construídos coletivamente pelos

profissionais envolvidos, no intuito de garantir o direito à permanência, participação e conclusão da formação acadêmica desses estudantes.

2 MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência que descreve as ações desenvolvidas por um projeto criado na Faculdade de Enfermagem de uma universidade pública estadual localizada na zona norte do município do Rio de Janeiro, com início efetivo de atividades em janeiro de 2025, voltado à inclusão de estudantes público-alvo da educação especial no ensino superior.

Os critérios de inclusão para participação e acompanhamento no AIPEN envolvem, necessariamente, que o estudante esteja regularmente matriculado e inscrito em disciplinas na Faculdade de Enfermagem. O ingresso pode ocorrer de três formas: (1) por meio da identificação junto à CEG mediante apresentação ou não de laudos que atestem sua condição, sendo, então, encaminhado ao projeto juntamente com sua documentação; (2) pelo preenchimento, de forma autônoma, de um formulário disponível no *Google Forms* do projeto, manifestando interesse e solicitando atendimento; ou (3) por contato direto com um membro da equipe, seja presencialmente, por e-mail ou mensagens de texto. Em todos os casos, quando o primeiro contato ocorre diretamente com a equipe, a CEG é formalmente comunicada para ciência e registro.

Desde a implantação do projeto, em janeiro de 2025, o AIPEN recebeu um total de sete estudantes, mulheres cisgênero e com idades variando entre 23 e 40 anos, na sua totalidade com diagnóstico tardio, ou seja, o receberam na idade adulta, sem nunca terem realizado acompanhamento pedagógico na vigência da educação básica; com diferentes laudos, mas todos relacionados ao TEA ou Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH ou em investigação desses quadros clínicos.

Foi elaborado um roteiro de entrevista para conhecer melhor o perfil desses estudantes com perguntas abertas relacionadas as questões pessoais, diagnóstico, acompanhamento multidisciplinar, medicamentos utilizados, acompanhamento na educação básica e PEI, expectativas em relação ao curso escolhido, suas habilidades e dificuldades na vida e na faculdade especificamente.

Através da metodologia de história de vida que consiste segundo Glat et Pletsh (2009) em um método utilizado em pesquisas qualitativas e que tem como

principal objetivo ouvir o relato de vida da pessoa entrevistada considerando a sua narração pelo seu ponto de vista o projeto mais se aproxima para estruturar suas ações. É importante destacar que esse tipo de pesquisa vem ganhando cada vez mais espaço em estudos na área de Educação Especial e Inclusiva uma vez que busca dar voz às pessoas que são protagonistas dessa ação.

A partir da premissa de que o estudante é o principal sujeito na construção do seu PEI, as ações, atuações e intervenções desenvolvidas tem sido norteada a partir da primeira entrevista, momento em que se inicia o processo de escuta, identificação de necessidades e definição conjunta das estratégias de apoio.

Nessa perspectiva, alinhada ao pensamento de Brandão (1995) que a educação existe e ocupa todos os espaços e ambientes; e é resultado não apenas por exemplo da escola ou das intuições de ensino superior que frequentamos, mas sim das atuações e ações do meio sociocultural que vivemos, compreende-se que a aprendizagem do estudante não se limita ao espaço acadêmico agora por ele frequentado, mas é continuamente atravessada pelas experiências que ele vivencia dentro e fora dele. Sendo assim é o exercício de viver e conviver que educa, pois tanto a escola quanto às instituições de ensino superior são apenas um lugar, provisório e de passagem.

Desta forma, o PEI não se constitui apenas como um documento orientador das ações educacionais, mas como um instrumento que busca respeitar e valorizar a trajetória de vida desse estudante, suas interações cotidianas e os saberes que ele foi construindo ao longo da sua trajetória de vida, reconhecendo que educar é um processo plural, contínuo e acima de tudo humano.

Sendo assim, o uso da metodologia de história de vida, conforme indicado por Glat et Pletsch (2009), demandou dos profissionais um olhar sensível para além das respostas objetivas, daí a importância de uma entrevista aberta valorizando os significados atribuídos pelos estudantes às suas próprias experiências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mulheres e homens são seres sociais. Portanto a identidade pessoal de cada ser humano vai sendo influenciada e construída a partir do espaço que ele ocupa nos diferentes grupos sociais aos quais pertence. A forma como ele se vê e concebe as suas virtudes e habilidades se constitui na relação com o outro e pela forma como

é percebida por esses, ou seja, sua identidade pessoal acaba por também refletir a sua identidade social. (Brandão, 1995)

Nesse caso, a existência de uma característica diferencial que possa impor limitação ou interferir no processo de socialização e aprendizagem, pode afetar as relações de aceitação nos diferentes contextos sociais. Justamente por não se enquadrar aos padrões estabelecidos socialmente ela pode ser estigmatizada e marginalizada, e consequentemente excluída. (Glat et Pletsh, 2009)

A Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei nº 13.146, 2015), com base nas orientações estabelecidas na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, define a pessoa com deficiência como aquela que apresenta “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Somado a essa reflexão, dados preliminares da amostra do Censo 2022 e veiculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que o nosso país tinha 14,4 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 7,3% das 198,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade na população. Quando pensamos em acesso à educação os dados apontam que ela ainda é marcada por uma desigualdade significativa para pessoas com deficiência (IBGE, 2025).

> No Brasil, 63,1% das pessoas de 25 anos ou mais de idade com deficiência não completaram o ensino fundamental (categoria “sem instrução e fundamental incompleto”), em comparação a 32,3% entre as pessoas sem deficiência. Apenas 7,4% das pessoas com deficiência concluíram o ensino superior, contra 19,5% entre as pessoas sem deficiência. Além disso, para este mesmo grupo etário, as pessoas que terminaram a educação básica obrigatória – ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio – foi de 25,2%, enquanto para as pessoas sem deficiência, essa mesma proporção alcançou mais do que o dobro: 53,4%. (IBGE, 2025, p. 56)

Acessar e permanecer no ensino superior não tem sido tarefa fácil para estudantes que tenham algum diagnóstico. Foi pensando nisso e em viabilizar um melhor acompanhamento para os estudantes público da educação especial da Faculdade de Enfermagem que o PEI vem sendo pensado e construído. Ele um documento orientador elaborado com a finalidade de atender as NEE do estudante que apresente algum diagnóstico.

O PEI deve ser desenvolvido em colaboração com os estudantes, os docentes e os profissionais da equipe multidisciplinar. Segundo Camacho et al. (2025, p.51) “cada profissional possui habilidades e conhecimentos específicos em sua área de atuação” permitindo um diálogo mais produtivo acerca do estudante a ser atendido.

Sua importância está pautada na capacidade de oferecer uma abordagem pedagógica educacional personalizada levando em consideração as características e as necessidades específicas de cada estudante. Diferente do que acontece na educação básica, onde se recorre aos responsáveis nas entrevistas iniciais e que autorizam ou não a sua elaboração e o seu conteúdo; no ensino superior, é o estudante que se torna o principal protagonista; cabe a ele autorizar junto à equipe pedagógica a sua elaboração e a sua prática, reportando possíveis ajustes e sucessos na sua implementação e nas estratégias adotadas.

Embora não exista nenhuma legislação que mencione claramente o termo PEI; as normativas asseguram o AEE através do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 cujo trabalho deve estar voltado para complementar ou suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem possíveis barreiras no seu processo de ensino aprendizagem.

A construção do PEI também é assegurada pela Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 quando se destaca no artigo 28 que cabe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades assim como busca garantir a qualquer estudante a adoção de medidas individualizadas que contribuam para o desenvolvimento acadêmico favorecendo o seu acesso, a sua permanência, a sua participação e a sua aprendizagem.

Os pontos destacados em ambas as normativas são a base da estrutura que fundamenta a ação desenvolvida pelo AIPEN quando busca sistematizar a elaboração de um documento que visa orientar o trabalho pedagógico educacional dos seus estudantes no meio universitário. Dessa forma, a elaboração do PEI para quem procura o projeto vem se construindo a partir das seguintes etapas: entrevistas com as estudantes, recebimento de laudos e relatórios, encontros com os professores.

No primeiro semestre de 2025, a profissional pedagoga foi a responsável por dialogar com todos esses atores, laudos e relatórios para a elaboração do PEI. Quando finalizado, cada documento orientador foi encaminhado individualmente para as estudantes que avaliaram e realizaram suas considerações, caso houvesse necessidade, sobre qualquer alteração ou exclusão de alguma informação. Cabia a elas a responsabilidade por autorizar o seu envio à CEG pelo AIPEN. A CEG foi, portanto, o órgão responsável por encaminhá-lo aos docentes responsáveis por ministrarem as disciplinas para cada estudante.

Após esse envio, o AIPEN em conjunto com a CEG realizava uma nova rodada de reuniões virtuais com os docentes do período no qual cada estudante estava matriculada a fim de divulgar, esclarecer dúvidas e orientá-los frente aos possíveis desafios pedagógicos educacionais que os mesmos poderiam encontrar. Essas reuniões consistiam em abordar brevemente: 1. as normativas legais em vigor e o direito da estudante ao acompanhamento e ações diferenciadas, 2. a importância do PEI, quem era a aluna e suas características; 3. quais estratégias, recursos ou materiais estavam sendo propostas para cada uma. Os profissionais presentes eram livres para dialogar e fazer esclarecimentos. Esses encontros duravam em média entre uma e uma hora e meia.

Mascaro et Redig (2024, p.4) destacam que é “necessário tornar o currículo acessível na intenção de promover sucesso acadêmico para aqueles que requerem caminhos diferenciados no processo de elaboração de conceitos”

Acredita-se que pensar acessibilidade ao currículo, seja na educação básica ou em instituições de ensino superior, é a chave para uma trajetória menos hostil e conquistas importantes nos ambientes escolares ou universitários. Visto sob esse aspecto o PEI se torna um instrumento fundamental inclusive mostrando que ele passa a tomar forma e se tornar uma realidade concreta quando conseguimos trabalhar coletivamente e colocar em prática estratégias que oferecem suporte ao estudante.

Destaca-se que nesse caminhar nem tudo são flores. Muitas vezes a equipe esbarrou com comportamentos e falas capacitistas, com orientações que não são acolhidas, com questionamentos sobre direitos que não deveriam mais sequer existir frente às normativas legais vigentes e amplamente divulgadas. As barreiras atitudinais ainda são um grande entrave para uma inclusão efetiva.

Por outro lado, foi identificado um número crescente de docentes seguindo as orientações, buscando conhecimento, propondo diálogos abertos e trazendo novos olhares e reflexões acerca dos movimentos inclusivos em sala de aula que buscam contemplar não apenas o estudante objeto da ação direta da educação especial e inclusiva, mas sim a turma como um todo.

Além disso, destacam-se os relatos favoráveis das estudantes, expressos tanto em encontros presenciais nos espaços universitários, quanto em reuniões agendadas com a equipe ou em mensagens de texto, que evidenciaram mudanças significativas antes e depois da implantação do PEI. Esses relatos ressaltaram estratégias que têm obtido êxito, experiências positivas na relação com a equipe docente, bem como apontaram aspectos que ainda podem ser aprimorados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os avanços relacionados as conquistas dos estudantes da educação especial sejam mais amplamente debatidas e observadas na educação básica, o ensino superior permanece um espaço que carece de efetiva consolidação dos pressupostos inclusivos. Mudar paradigmas e trazer um outro olhar sobre a capacidade de estudantes com deficiência estarem e serem pertencentes a esse espaço não é fácil.

Na prática é perceptível que a expansão do acesso desses estudantes às universidades, embora crescente, ainda é permeada por inúmeros desafios, tais como: políticas institucionais que criem um núcleo de apoio e atendimento, oferta de recursos, serviços e materiais que garantam acessibilidade, e formação docente voltada para a educação especial e inclusiva nesse nível.

Realizar e construir um trabalho do zero não tem sido fácil. Muitas vezes ele é desafiador, mas fica na equipe o sentimento de estar contribuindo para a garantia de um direito, à educação, dos que já estão e futuramente de muitos que ainda chegarão nesse espaço.

A equipe do AIPEN acredita que escutar a história de vida relatada por esses estudantes foi importante e é fundamental quando se propõe adotar um documento orientador como o PEI para a condução do trabalho acadêmico e para sua formação profissional; uma vez que é ele quem irá reunir informações sobre cada estudante, sua trajetória de vida escolar bem como orientações que devem ser adotadas respeitando as características de cada um.

REFERÊNCIAS

Brandão, C. R. (1995). *O que é educação* (33ª ed.). Brasiliense.

Camacho, C., Costa, G. C., & Zanuzzio, Z. (2025). *Construindo o PEI: guia completo para criar um plano educacional individualizado*. Wak Editora.

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. (link externo)

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. (link externo)

Evaristo, F. L., Asnis, V. P., & Cardoso, P. A. (2022). O Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior: relatos de experiência. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 11 (1), 346-361. (link externo)

Glat, R., & Pletsch, M. D. (2009). O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. *Revista Educação Especial,* 22 (34), 139-154. (link externo)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2025). *IBGE divulga censo sobre pessoas com deficiência no Brasil*. (link externo)

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). (link externo)

Mascaro, C. A. A. C., & Redig, A. G. (2024). *Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado - PEI para o alfaletramento: primeiros passos*. Atena. (link externo)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1994). *Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Brasília. Unesco. (link externo)

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien).* Brasília. Unesco. (link externo)